

**ATA 2116ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta e cinco  
2 minutos, realizou-se a segunda milésima centésima décima sexta reunião Plenária  
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda  
4 Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 24 (vinte e quatro) conselheiras/os, sendo  
5 estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Ana Paula Hachich de Souza,  
6 Annie Louise Saboya Prado, Beatriz Borges Brambilla, Clarissa Moreira Pereira, Edgar  
7 Rodrigues, Eduardo de Menezes Pedroso, Emanoela Priscila Toledo Arruda, Ione  
8 Aparecida Xavier, Ivani Francisco de Oliveira, Jessica Tomaz da Costa Silva, Julia Pereira  
9 Bueno, Jumara Silvia Van De Velde, Lauren Mariana Mennocchi, Lilian Suzuki, Luciane de  
10 Almeida Jabur, Maria da Gloria Calado, Maria Rozinetti Gonçalves, Monica Marques dos  
11 Santos, Murilo Centrone Ferreira, Raizel Rechtman, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão  
12 Teixeira, Talita Fabiano de Carvalho e Tatiane Rosa da Silva. Esteve presente, também,  
13 Eliane Cristina Dias Almeida, da Comissão Gestora da Subsede de Sorocaba.

14 **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** – Beatriz Borges Brambilla pondera que se trata de uma pauta  
15 atípica, pois há a necessidade de discussão dos pontos de pauta da APAF. Sugere:  
16 “Informes”, “Recomposição das Comissões Gestoras, Permanentes e Outras”, “CONED –  
17 Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas”, “Representações em Órgãos de Controle  
18 Social e Entidades”, “Revisão da Resolução sobre os Núcleos Adequando-a à Nova  
19 Proposta de Organização do XVI Plenário”, “Assembleia das Políticas, da Administração e  
20 das Finanças – APAF (Brasília, 13 a 15 de dezembro de 2019)”; “Comissão de História e  
21 Memória da Psicologia do CRP SP”, “Criação do GT Bispo do Rosário”, “Contrato de  
22 Trabalho de Mediadoras”, “Comissão de História e Memória da Psicologia do CRP SP” e  
23 “Documento de Orientação Sobre a Prática do Coaching”. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES**  
24 **– 1.1) Justificativas de Ausência** – Foram registradas as justificativas de ausência das/os  
25 conselheiras/os Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira  
26 Bicudo Guarnieri, Mônica Cintrão França Ribeiro, Rita de Cássia Oliveira Assunção e  
27 Sulamita Jesus de Assunção. **1.2) Congresso Latino-Americano de Psicologia -**  
28 **ULAPSI – Paraguai 2020** – Beatriz Brambilla informa que o Congresso Latino-Americano  
29 de Psicologia da Ulapsi será realizado no ano de 2020, no Paraguai. Precisam pensar na  
30 forma de participação do CRP SP nesta atividade: quais as discussões que levarão, as  
31 formas de apoios, e outras. Acredita que precisam ter em vista os Resultados definidos em  
32 Planejamento Estratégico e de que forma transversalizam com as questões latino-  
33 americanas. Porém, não é prioridade deste momento discutir a participação no Congresso.

34 Manifestações do plenário: 1) Ana Paula Hachich sugere que seja pauta de plenária

35 oportuna a forma como o CRP SP, historicamente, tem participado desse Congresso, para  
36 que possam pensar nas responsabilidades do CRP SP. **Encaminhamento:** O assunto  
37 será ponto de pauta da Plenária Ordinária de Janeiro de 2020, com subsídios sobre como  
38 foi a participação nas últimas 3 (três) edições, tanto do campo político quanto  
39 orçamentário. **1.3) Celulares Institucionais** – Jessica Morgana, supervisora da Secretaria,  
40 informa que as/os coordenadoras/es das subsedes receberão um celular institucional.  
41 Informa que as ligações entre as linhas corporativas não têm custo e possuem plano de  
42 dados. Não foi possível organizar a entrega nesta plenária, mas eles serão encaminhados  
43 nas próximas semanas via malote, acompanhados de um termo de responsabilidade que  
44 deve ser assinado e devolvido à Secretaria. Considerações das/os presentes: 1) Eduardo  
45 de Menezes Pedroso questiona se o celular é para uso da/o funcionária/o administrativa/o  
46 da Subsede ou da/o gestora/or. 2) Jessica Morgana explica que serão dois aparelhos e  
47 linhas por subsede, sendo uma para uso das/os funcionárias/os, e cujo termo de  
48 responsabilidade deverá ser assinado por esse e o outro da/o gestora/or. Será  
49 encaminhado e-mail às/aos funcionárias/os administrativas/os solicitando a devolução dos  
50 antigos aparelhos, pois serão recebidos os novos. Esses antigos, estão sem linha ativa,  
51 pois eram habilitados com a linha da antiga operadora. **Encaminhamento:** As  
52 coordenadoras/es de subsedes, bem como cada Subsede, receberá um celular  
53 institucional para uso para as atividades do CRP SP. Os celulares antigos das subsedes  
54 devem ser devolvidos. **1.4) Depoimento Especial – Conselho Nacional de Justiça** – Ana  
55 Paula Hachich informa que participam, há alguns anos, de um grupo chamado Coletivo  
56 contra o Depoimento Especial e a Escuta Especializada, junto com o CFP – Conselho  
57 Federal de Psicologia, o CRESS SP - Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo,  
58 o CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes  
59 Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ASSPSI e a Assojubs  
60 - Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo. Nos  
61 últimos três meses ampliaram, passando o coletivo a ser nacional. A AASPTJ entrou com  
62 uma ação no Conselho Nacional de Justiça, por conta de um Provimento publicado pelo  
63 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo incluindo nas atribuições das psicólogas e  
64 assistentes sociais a realização de Depoimento Especial. Explica que o Depoimento  
65 Especial é uma proposta de uma instituição internacional, chamada *Childhood*, que  
66 promove capacitações em todo o mundo. Trata-se da montagem de salas dentro dos  
67 Tribunais de Justiça e, em alguns casos, em delegacias, equipadas com câmeras e  
68 microfones. Quando há um processo criminal que envolvem crianças e adolescentes  
69 enquanto vítimas ou testemunhas de violência. O depoimento da criança e do adolescente

70 é colhido nessa sala separada. Antigamente, essa audiência era feita na presença do juiz  
71 diante da criança. Agora, juiz, promotor, defensor e outros ficam na sala de audiência e  
72 acompanham o depoimento da criança e do adolescente por meio de televisores, e a  
73 escuta tem o intuito de produzir provas. O grupo considera que a coleta de depoimento não  
74 é prática psicológica. Relata que estavam em tentativa de diálogo com o Tribunal de  
75 Justiça, indicando que não consideram essa atividade como atividade da Psicologia e  
76 levantando propostas, como a de capacitação de juízes. Foi realizada uma reunião e  
77 agendada outra. Antes que a segunda fosse realizada, o TJ publicou o provimento,  
78 incluindo o depoimento especial nas atribuições das/os psicólogas/os e assistentes sociais.  
79 A AASPTJ-SP entrou com processo pedindo a cassação do provimento. Todos os  
80 Conselhos envolvidos entraram como terceiros interessados. O CRP SP fez manifestação  
81 no processo e participaram de uma audiência de conciliação, que não foi boa. O jurídico do  
82 CRP SP solicitou a suspeição do relator do processo, pois o mesmo disse em evento que  
83 as/os psicólogas/os e assistentes sociais não queriam colher o depoimento porque não  
84 querem trabalhar e que o depoimento e escuta especial são atitudes cristãs de cuidado  
85 com as crianças e adolescentes, mas o pedido foi negado. A sessão de julgamento foi no  
86 último dia de trabalho desse ministro, antes de se aposentar. O julgamento foi virtual, o que  
87 impediu a sustentação oral dos envolvidos. Todos os Conselhos envolvidos e a AASPTJ  
88 pediram tempo para sustentação oral, sendo de 10 (dez) minutos para cada. O pedido foi  
89 ignorado e foi concedido 10 (dez) minutos para todos. Ao fim, declararam a ação  
90 improcedente. Pouco antes do julgamento, o Conselho Nacional de Justiça publicou um  
91 provimento de que os Tribunais devem recorrer às suas equipes técnicas para realização  
92 do depoimento especial. O coletivo estava com a proposta de ingressar com uma ADI –  
93 Ação Direta de Inconstitucionalidade, para isso, há a possibilidade de contratação de dois  
94 juristas, mas isso envolve um custo alto. Essa contatação será debatida na próxima  
95 reunião do coletivo, que ocorrerá em 16 de dezembro. Considerações do plenário: 1) Maria  
96 Rozinetti Gonçalves pondera que podem, pela COF, fazer o levantamento das demandas  
97 que têm chegado na Comissão relativas à escuta. 2) Ana Hachich pondera que seria  
98 interessante a participação de Gisleine Rede na reunião do Coletivo contra o Depoimento  
99 Especial. 3) Beatriz Brambilla relata que foi realizada reunião da Diretoria com a AASPTJ,  
100 que contou com a participação de Ana Paula Hachich e da PAT, Gisleine Rede. Discutiram  
101 questões específicas, e discutiram também a ida à audiência e pensaram em algumas  
102 ações em parceria com a AASPTJ e com o CRESS-SP relativas ao exercício profissional.  
103 Há uma parcela de profissionais que entendem que há uma parcela de mercado criada a  
104 partir da escuta e que a prática valoriza o exercício profissional. Como a escuta especial

105 não configura uma prática psicológica, nenhum documento deve ser produzido a partir  
106 dela, de acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, que versa sobre a produção de  
107 documentos escritos. No entanto, o Tribunal de Justiça tem exigido a produção de um  
108 relatório. 4) Ana Paula Hachich complementa que além do relatório, também pedem às/aos  
109 psicólogas/os e assistentes sociais um atestado de veracidade do depoimento. Ocorre  
110 situações em que o depoimento da criança ou adolescente é ignorado por entenderem que  
111 a criança mentiu. Há bastante divergência de posicionamentos com a Associação  
112 Brasileira de Psicologia Jurídica: ABPJ, que defende que se trata de mais um campo de  
113 atuação da Psicologia. Relata que o CRP SP compõe a Câmara Interinstitucional Bipartite  
114 (CIB) e a Câmara Técnica de Escuta Especializada, que deveria ser uma escuta protetiva,  
115 tem sido usada para produção de prova, o que é contraindicado pela regulamentação. A  
116 CIB fez uma pesquisa com os todos os municípios do estado, que está em fase de  
117 sistematização. A pesquisa visa identificar quais as formas de coerção têm sido utilizadas  
118 pelo Sistema de Justiça para desviar a função das/os assistentes sociais e psicólogas/os  
119 do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e do SUS – Sistema Único de Saúde. 5)  
120 Beatriz Brambilla informa que foi encaminhada a realização de um Seminário, a ser  
121 realizado em parceria. Também se identificou a necessidade de orientação referente ao  
122 Sistema de Justiça, considerando as condições de trabalho, acesso à informação,  
123 produção de documentos escritos. Ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado de São  
124 Paulo implantou metas para as/os psicólogas/os tenham um mínimo de relatórios  
125 concluídos por mês e isso tem feito com que façam uma única entrevista e tenham em  
126 muito pouco tempo, sendo considerado como uma avaliação psicológica. Como produzem  
127 um kit de atuação no sistema de justiça, como se defendem em algumas situações e qual  
128 protocolo que podem executar. Também se discutiu a necessidade de qualificar  
129 cientificamente a natureza e os conteúdos dos processos que envolvem o TJ. Também  
130 dialogaram sobre os Conselhos serem menos punitivistas, pois a AASPTJ-SP traz que  
131 as/os assistentes sociais têm apoio do CRESS/SP quando solicitam e, quando necessário,  
132 notificam as instâncias do Tribunal de Justiça, enquanto as/os psicólogas/os ao entrarem  
133 em contato com o CRP SP ouvem que caso seja feito a visita ao local de trabalho  
134 dessas/es psicólogas/os e sejam identificadas irregularidades, poderá ser aberto processo  
135 ético. 6) Ana Paula Hachich relata que no fim da última gestão construíram uma nota de  
136 orientação, mas não foi pra frente. Discutiram se deveriam passar a utilizar essa Nota para  
137 orientação, mas por conta das mudanças recentes, decidiram esperar e se debruçar sobre  
138 a Nota, para atualizá-la. Depois, podem publicar e passar a divulgá-la. 7) Ione Aparecida  
139 Xavier sugere que seja realizada ação direta com os juízes. 8) Ligia Daher, coordenadora

140 técnica-política, sugere que insistam nos parâmetros jurídicos, inclusive em diálogo com  
141 promotores da área da criança e juventude. Além disso, estabelecer um critério interno  
142 sobre os casos de processos éticos contra psicólogos/os que realizam a escuta  
143 especializada. Além disso, pautar a questão nos meios de comunicação. 9) Beatriz Borges  
144 Brambilla informa que o posicionamento do jurídico do CRP SP é de que a prática  
145 psicológica não seria a coleta do depoimento especial, mas a avaliação psicológica.  
146 Questiona se essa poderia ser uma alternativa de defesa para evitar o depoimento  
147 especial. 10) Ana Hachich pontua que o CRP SP se posicionou contrário à avaliação  
148 psicológica nesse contexto. Dentro do coletivo, é uma discussão sem consenso, porque há  
149 quem defenda à avaliação psicológica como uma estratégia de redução de danos.  
150 Segundo o advogado da AASPTJ SP, o CNJ é a última instância, portanto, não haveria  
151 mais a quem recorrer. No coletivo, tem-se debatido se deveriam sugerir emendas  
152 legislativas, mas a compreensão é de que não seria o momento adequado, pois poderia ter  
153 ainda mais perdas. 11) Maria Rozineti Gonçalves, pela COF, relata que precisam fazer  
154 reunião para discutir sobre as questões éticas. **1.5) Lançamento do Relatório de**  
155 **Inspeção Nacional dos Hospitais Psiquiátricos** - Annie Louise Saboya Prado conta que  
156 esteve em Brasília para o lançamento do Relatório de Inspeção Nacional dos Hospitais  
157 Psiquiátricos. Foram fiscalizados 40 (quarenta) hospitais psiquiátricos em dezembro de  
158 2018. Os manicômios seguem funcionando na mesma lógica de antigamente, com  
159 eletrochoque aplicado em adolescentes e usuários de drogas. Encontraram criança e  
160 idosos morando nesses espaços. Desses hospitais psiquiátricos, dois foram fechados em  
161 decorrência do relatório e outros dois tiveram suas entradas fechadas. Lucio Costa, do  
162 Mecanismo Nacional de Enfrentamento e Combate a Tortura. Os presentes no lançamento  
163 levantaram a proposta de que fossem realizadas diversas atividades de divulgação desse  
164 Relatório por todo o território nacional. A atividade também contou com a participação de  
165 muitos usuários. Foi lido o Manifesto do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial.  
166 Considera importante que seja pensado em um evento de divulgação. Considerações dos  
167 presentes: 1) Rodrigo Toledo sugere que os eventos sejam feitos, principalmente, nas  
168 regiões onde estão os hospitais que foram fiscalizados e na região da Subsede Sorocaba,  
169 por ter grande número de instituições asilares, convidando também a mídia local. 2) Annie  
170 Louise relata que a Fundação Espírita Américo Bairral é o hospital psiquiátrico do Relatório  
171 que acumula um maior número de violações de direitos humanos e tem praticamente 800  
172 (oitocentos) leitos. Assim, entende que podem fazer um evento em Itapira, cidade onde  
173 está localizada a Fundação Espírita Américo Bairral. Informa que o Ministério Público do  
174 Trabalho é um novo atuante nessas fiscalizações, observando se há laborterapia tanto em

175 Comunidades Terapêuticas, quanto em Hospitais Psiquiátricos. Informa que a deputada  
176 federal Elisabeth Sahnó está organizando uma Frente Parlamentar pela luta  
177 antimanicomial. Precisam fazer o levantamento no estado de São Paulo. 3) Beatriz  
178 Brambilla pontua que grande parte do Relatório se refere a questões de infraestrutura. Em  
179 São Paulo, a COF organizou os relatórios das fiscalizações e entregou ao CREPOP, que  
180 fez a sistematização. Assim, o Relatório do CRP SP traz somente a violação de direitos,  
181 não traz outras questões. Para 18 de maio, podem fazer ação referente ao Relatório.  
182 **Encaminhamentos:** 1) As Comissões de Direitos Humanos e de Políticas Públicas devem  
183 pensar em ação para divulgação dos Relatórios de Inspeção em Hospitais Psiquiátricos. A  
184 sugestão é que sejam priorizadas ações nos municípios e/ou regiões onde estão os  
185 hospitais inspecionados e, além desses locais, em Sorocaba pela demanda regional. 2)  
186 Propõe-se a realização de uma atividade orientação com todas as/os psicólogas/os que  
187 atuam em CTs e HPs e que seja feita a entrega do relatório nesse momento. 3) As  
188 subsedes devem informar as/os as/os parlamentares que podem participar da Frente  
189 Antimanicomial. 1.6) **Paraisópolis** – Maria da Glória Calado relata que houve uma  
190 audiência sobre a tragédia ocorrida em Paraisópolis. A partir desse grande encontro.  
191 Participaram o Movimento Nacional de Direitos Humanos Criou-se o Comitê Massacre  
192 Nunca Mais, SOS Racismo, OAB. Estão ocorrendo diversas ações, como uma missa que  
193 está sendo realizada nesta data. Na próxima terça-feira, 11/12, haverá um encontro  
194 unificado sobre Paraisópolis, na Assembleia, às 15h. Trata-se de momento muito difícil,  
195 mas que também é o momento para o CRP SP pensar em políticas públicas efetivas. O  
196 sofrimento das mães traz consequências psíquicas muito grandes. É importante que haja  
197 mais pessoas envolvidas, pois há muitas demandas surgindo. Entende que deve ser  
198 realizada ação de orientação às psicólogas sobre suas práticas nos processos de luto.  
199 Mônica Marques dos Santos entende que é importante que se faça ação que possibilite  
200 que as/os próprias/os psicólogas/os do território possam atuar nesses casos, pois é  
201 impossível para o CRP SP conseguir dar conta de todas essas demandas que tem surgido  
202 a partir desses desastres. É importante que tenham isso já definido, para que quando  
203 eventos como o de Paraisópolis aconteçam novamente, não tenham mais essa questão.

204 Considerações dos presentes: 1) Raizel Rechtman concorda com o exposto por Monica  
205 Marques dos Santos e entende necessário fortalecer as Comissões de Direitos Humanos e  
206 de Políticas Públicas, pensando em orientação às psicólogas nesses casos, em parceria  
207 com os movimentos sociais. 2) Beatriz Borges Brambilla entende que é importante ocupar  
208 esses espaços nesses momentos, até porque um dos resultados do Planejamento  
209 Estratégico é se tornar referência. Assim, entende que é importante que pensem em um

210 grupo de psicólogos que discutam luto e violência. Sugere Mary Jane Paris Spink, Adriana  
211 Eiko Matsumoto, Claudia Cristina Trigo de Aguiar, Mathias Glens (Defensoria Pública do  
212 Estado de São Paulo), Bruno Fedri (CRAVI - Centro de Referência e Apoio à Vítima) e  
213 Petronella Boonen. É preciso construir uma plano de contingência, com projeto para dar  
214 conta dessas situações, mas é importante estar nas reuniões e atividades. 3) Talita  
215 Fabiano de Carvalho relata que na última reunião entre CDH e CPP, propuseram que  
216 fosse realizado levantamento dos coletivos que trabalham com esse atendimento. 4) Ivani  
217 Francisco de Oliveira pondera que ainda não incluíram a leitura de que as chacinas e  
218 mortes causadas pelo Estado como uma situação de emergências e desastres. Assim,  
219 precisam fazer a exigência de que as/os representantes do CRP SP nesses espaços  
220 tragam essa perspectiva. **Encaminhamento:** É preciso ter um maior número de pessoas  
221 acompanhando pautas dessa natureza. As Comissões de Direitos Humanos e Políticas  
222 Públicas devem ser fortalecidas no sentido de produzir orientação à atuação das/os  
223 psicólogas/os nessas situações, para que seja uma ação mais coordenada, e não somente  
224 de resposta a demandas pontuais. Para isso, é importante, também, aumentar o número  
225 de colaboradoras/es. **1.7) GTs nas Plenárias de COE em 2020** - Luciane de Almeida  
226 Jabur relata que na Plenária passada sugeriram a criação de um GT para pensar nos  
227 procedimentos da COE. Em discussão com os membros da COE, decidiram realizarem  
228 uma reunião de membras/os da COE, com pauta única dos procedimentos. Portanto, não  
229 será criado um GT com essa finalidade. Avisarão quando for ser realizada essa reunião e,  
230 quem desejar, poderá participar. **1.8) Grupos para comporem Plenárias Éticas e de**  
231 **Julgamento** – Luciana de Almeida Jabur relata que foram criados três grupos para as  
232 Plenárias Éticas, de acordo com as disponibilidades apontadas pelas/os conselheiras/os.  
233 Os critérios para divisão dos grupos, foram, também, tempo de CRP, ter membras COE  
234 em todos os grupos, pautas que defende e idade. São os grupos: Plenárias de Julgamento,  
235 sextas-feiras, das 14h às 18h; G1 – Plenárias Éticas, sextas-feiras, das 19h às 22h; e, G2  
236 – Plenárias Éticas, sextas-feiras, das 19h às 22h. Sobre os mutirões de Plenárias Éticas,  
237 agendados para os dias 04 de abril de 2020 e 08 de agosto de 2020, informa que nem  
238 todas/os conselheiras/os confirmaram suas disponibilidades e aqueles que não puderem  
239 comparecer, devem justificar. Considerações dos presentes: 1) Murilo Centrone pontua  
240 que, além das pessoas que estão indicadas para cada grupo, há outras que têm  
241 disponibilidade para aqueles períodos. Assim, que se sistematize também essas  
242 informações, para que seja mais fácil fazer substituições. 2) Sarah Faria Abrão Teixeira  
243 pontua que esse é um primeiro levantamento, mas, haverá o momento de inscrição nas  
244 plenárias. 3) Rodrigo Toledo complementa que as pessoas indicadas para cada grupo

245 serão aquelas que serão nomeadas relatoras/es dos processos que tramitarão nas  
246 respectivas plenárias, mas qualquer conselheira pode compor quórum.

247 **Encaminhamentos:** 1) A Comissão de Ética encaminhará e-mail pedagógico para as/os  
248 conselheiras/os. Entre outras possíveis informações, deverá constar: a divisão dos grupos  
249 de plenárias da COE e as responsabilidades; a reiteração que aquelas/es que não  
250 puderem participar de algum plenária para a qual estava indicada/o deverá procurar  
251 substituta/o, evitando que a plenária seja cancelada; que o ideal é que cada conselheira/o  
252 se inscreva no máximo de plenárias que puder, não deixando de se inscrever em alguma  
253 por já ter atingido o quórum mínimo e independente do grupo que façam parte. 2) A COE  
254 deverá renomear pareceres de reconsideração para julgamento que estavam com Raizel  
255 Rechtman e Rodrigo Toledo, uma vez que esses deverão ser relatores de Julgamentos.  
256 Para as próximas nomeações, deverão ser respeitadas as divisões dos grupos. **1.9)**

257 **Monitoramento das plenárias e processos apreciados nas plenárias éticas** – Luciane  
258 Almeida Jabur relata que em novembro foram realizadas 2 (duas) Plenárias de Julgamento  
259 e 4 (quatro) Plenárias Éticas. Foram apreciados: 11 (onze) Pareceres; 6 (seis) Pedidos de  
260 Reconsideração apreciados e 3 (três) Julgamentos realizados. Duas Plenárias Éticas  
261 foram canceladas. Nesse período, aumentaram 22 (vinte e dois) processos. **II)**

262 **CONVOCAÇÃO – PLENÁRIA ÉTICA EXTRAORDINÁRIA** – A conselheira presidenta  
263 questiona se será realizada Plenária Ética Extraordinária em 08 de dezembro de 2020.  
264 Luciana de Almeida Jabur informa que a convocatória já foi encaminhada por e-mail,  
265 somente o horário não foi estabelecido. **Encaminhamento:** O plenário aprova a realização  
266 de uma Plenária Extraordinária em 08 de dezembro de 2019, das 09h às 12h. **III)**

267 **INFORMES (CONTINUAÇÃO) - 3.1) Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)** –  
268 Maria Rozineti Gonçalves pontua que é preciso ter mais participação de conselheiras/os e  
269 colaboradoras/es nas fiscalizações, em especial, na região Metropolitana, pelo volume.  
270 Somente as PATs têm realizado. Raizel Rechtman relata que estão no processo, inclusive  
271 no Planejamento Estratégico, de distinguir a sede da Subsede Metropolitana, o que traz  
272 impactos para COE e COF. A ideia é que seja a Comissão Gestora Metropolitana a  
273 responsável por agregar colaboradoras/es. Beatriz Brambilla ressalta que a Metropolitana,  
274 embora constituída politicamente enquanto uma subsede, não possui funcionamento  
275 próprio de COE, COF e apoio administrativo. É importante que garantam que o  
276 funcionamento se dará igualmente se dá nas demais subsedes. Para isso, estão, inclusive,  
277 repensando os espaços físicos do CRP SP. Acreditam que estabelecendo o funcionamento  
278 próprio da Subsede Metropolitana, podem padronizar os procedimentos de todas as  
279 subsedes. Reforça que, atualmente, há mais de 1.000 (mil) fiscalizações atrasadas.



280 Considerações do plenário: 1) Lauren Mariana Mennocchi questiona se é possível realizar  
281 fiscalização sem a participação de Psicóloga Analista Técnica - PAT. 2) Explica-se que  
282 muitas fiscalizações já são realizadas sem a participação de PATs. 3) Ana Paula Hachich  
283 questiona sobre as carteirinhas de fiscalização, se devem ser devolvidas e serão trocadas  
284 por novas. 4) Maria Rozinetti Gonçalves pondera que se trata de uma situação descoberta  
285 na última semana. A carteirinha válida é a que possui QR Code, porque é possível verificar  
286 a veracidade da carteirinha. O CRP SP não tem publicado Portarias de nomeação de  
287 fiscais, pois considera-se a decisão plenária. Assim, quando a pessoa deixar de ser fiscal,  
288 deve devolver a carteirinha. A carteirinha precisa ter foto e QR Code. No entanto, as  
289 últimas estavam sem QR Code por uma questão do Setor de Comunicação. Já estão em  
290 diálogo com esse setor para acertar essa questão. **IV) APROVAÇÃO DAS ATAS DA**  
291 **2101ª (26/10/19) PLENÁRIA ORDINÁRIA E 2106ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA**  
292 **(10/11/19)** – Raizel Rechtman submete ao plenário as minutas das atas das 2101ª Plenária  
293 Ordinária (26/10/19) e 2106ª Plenária Extraordinária (10/11/19), que foram encaminhadas  
294 previamente, por e-mail, para leitura e consideração de todas/os. **Encaminhamento:** O  
295 plenário aprova as atas das plenárias 2101 e 2106, sem alterações. **V) APRECIÇÃO DE**  
296 **PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Raizel Rechtman submete ao plenário a  
297 apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP.  
298 **Encaminhamento:** Foram homologados os seguintes processos: Pessoa Física – 110  
299 (cento e dez) novas inscrições, 40 (quarenta) reativações, 2 (duas) inscrições secundárias,  
300 11 (onze) inscrições por transferência, 184 (cento e oitenta e quatro) cancelamentos a  
301 pedido, 8 (oito) cancelamentos por óbito, 6 (seis) transferências e 5 (cinco) suspensões por  
302 desistência. Pessoa Jurídica – 51 (cinquenta e um) registros, 3 (três) cadastros, 3 (três)  
303 alterações contratuais, 9 (nove) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos  
304 analisados: 432 (quatrocentos e trinta e dois), conforme folha anexa que é parte integrante  
305 desta ata. **VI) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Informa-se que a  
306 Subsede Metropolitana informou que é preciso fazer retificação em relação a dois títulos  
307 que passaram na 2111ª Plenária: especialidade Psicologia Organizacional e do Trabalho  
308 para o psicólogo André Caetano de Mello (06/134523), e de Psicologia Clínica para a  
309 psicóloga Mery Angela Costa Oshiro (06/122100). Entretanto, após análise da CATE foi  
310 considerado que a especialidade correta para os dois é Psicologia em Saúde, por isso  
311 estou fazendo a retificação e passando novamente o processo na Plenária 2116ª. Beatriz  
312 Brambilla submete ao plenário, então, os processos de título de especialista para  
313 apreciação. Considerações do plenário: 1) Beatriz Brambilla ressalta que não alterou  
314 decisões da CATE, pois havia entendido que a saúde do trabalho seria um ramo da

315 Psicologia Organizacional e do Trabalho. 2) Raizel Rechtman relata que, como estão no  
316 esforço de cumprirem os trâmites legais, decidiram repassar o assunto em plenária. 3)  
317 Ivani Francisco de Oliveira relata que recebem documentos com muitos erros, e é  
318 importante que todos os critérios sejam atendidos. Isso gera um trabalho à Comissão e  
319 constrangimento à/ao profissional. **Encaminhamento: 1)** Na modalidade Cursos  
320 Credenciados deferiu-se 04 (quatro) na área da Psicologia Clínica e 01 (um) na área da  
321 Psicologia Hospitalar. Na Modalidade Cursos IES deferiu-se 07 (sete) na área da  
322 Psicologia do Trânsito, 01 (um) na área Jurídica, 07 (sete) na área da Psicologia Clínica,  
323 02 (dois) na área da Psicologia Hospitalar, 07 (sete) na área da Psicopedagogia, 08 (oito)  
324 na área da Neuropsicologia e 02 (dois) na área da Saúde. Indeferiu-se 01 (um) na área da  
325 Psicologia Organizacional e do Trabalho. Na modalidade Nova Especialidade deferiu-se 08  
326 (oito) na área de Avaliação. Assim, o total geral é de 47 (quarenta e sete) títulos de  
327 especialistas deferidos e 1 (um) título de especialista indeferido conforme folha anexa que  
328 é parte integrante desta ata. **2)** As/Os trabalhadoras/es psicólogas analistas técnicas  
329 devem observar os processos de CATE cuja documentação não atende aos requisitos  
330 mínimos, para evitar retrabalhos. Os processos devem ser entregues à presidência com os  
331 respectivos números e já assinados pela presidência da CATE. **VII) RECOMPOSIÇÃO**  
332 **DAS COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS TEMÁTICOS, GTs E**  
333 **REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL – Encaminhamento:** O  
334 plenário aprova, em bloco, as seguintes recomposições: 7.1) Comissão de Ética –  
335 Subsede de Bauru - Exclusão de Luciana Amaral Silva Souza (CRP 06/128541) como  
336 colaboradora de COE – Elaboração de Pareceres. Subsede de Sorocaba - Inclusão de  
337 Luciana Amaral Silva Souza (CRP 06/128541) como Colaboradora de COE – Elaboração  
338 de Pareceres. 7.2) Comissão de Orientação e Fiscalização – Comissão Gestora  
339 Metropolitana – Inclusão de Luisa Basso Netto (CRP 06/126660) como colaboradora. 7.3)  
340 Representações Em Órgãos de Controle Social e Entidades – 7.3.1 - Divulgação  
341 campanha para órgãos de controle social – Eduardo de Menezes Pedroso informa que  
342 ocorreu situação em que a indicada pelo CRP SP a participar de processo eleitoral para  
343 órgão de controle e participação social, na região de Campinas, solicitou divulgação da  
344 campanha de sua candidatura, incluindo o logo do CRP SP no material e divulgando entre  
345 as psicólogas. Na ocasião, orientou-se a que não fosse feita a divulgação, no entanto,  
346 entende que é preciso alinhar a discussão, uma vez que são indicações do próprio CRP  
347 SP para ocupar cadeira pelo CRP SP. **Considerações dos presentes:** 1) Ivani Francisco de  
348 Oliveira pondera que há diversas modalidades de participação em órgãos de controle e o  
349 CRP SP é uma entidade representativa da sociedade. Entende que é importante não

350 personificar as representações, uma vez que as defesas realizadas possuem finalidade  
351 pública. Em geral, a divulgação das eleições é de responsabilidade do órgão que está  
352 responsável pela eleição. E a/o representante deve estar alinhado aos fins públicos e  
353 coletivos defendidos pelo CRP SP. 2) Beatriz Brambilla considera possível divulgar a  
354 candidatura do CRP SP sem pessoalizar pelo nome da pessoa física representante.  
355 Reforça a importância de que se tenha atenção às vagas dos seguimentos das/os  
356 trabalhadoras/es ocupadas pelo CRP SP. **Encaminhamentos:** É importante que haja  
357 cuidado para que as representações institucionais do CRP SP nos órgãos de controle e  
358 participação social não utilizem o espaço para interesses e vantagens pessoais. As  
359 representações não devem ser personificadas e o que deve ser divulgado é a instituição e  
360 o projeto defendido. Ainda, em vagas eletivas, é importante que o CRP SP evite concorrer  
361 em vagas da sociedade civil referente ao segmento das/dos trabalhadoras/es. 7.3.2 –  
362 Inclusões de Representante - Conselho Municipal do Idoso de Assis (CMI) – Subsede  
363 Assis - Inclusão de Aline Sabbadini (CRP 06/155896) como representante titular do CRP  
364 SP; Conselho Municipal de Saúde de Assis (CMS) – Subsede Assis - Inclusão de Ingrid  
365 Salgueiro Jarandilha da Silva (CRP 06/141140) como representante titular do CRP SP.  
366 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMUDE) - Subsede Bauru  
367 – Inclusão de Caio Cesar Portella Santos (CRP 06/108870) como representante suplente  
368 do CRP SP. Conselho Municipal de Assistência Social de Santo André - Subsede Grande  
369 ABC - Inclusão da representante de Claudia Geovania (CRP 06/84031) como  
370 representante titular. Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS do  
371 Estado de São Paulo (FET SUAS SP) – Beatriz Brambilla informa sobre a necessidade de  
372 compor os espaços da assistência social. Formou, junto com Alexandre de Brito Ângelo,  
373 Rita de Cassia Oliveira Assunção e Luana Alves Sampaio Cruz, um grupo sobre a  
374 assistência. Ana Paula Hachich informa que Alexandre de Brito Angelo entrou em contato  
375 com ela a respeito da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social do Conselho  
376 Federal de Psicologia, contando que houve um encaminhamento para que os Regionais  
377 encaminhassem documentos ligados à judicialização no SUAS e, em específico, a respeito  
378 da Lei ligada ao depoimento e escuta, questionando sobre a Nota que ela já citou nesta  
379 plenária, questionando se ele poderia encaminhar. Propõe-se a inclusão de Alexandre de  
380 Brito Ângelo (CRP 06/116089) como representante titular do CRP SP e Luana Alves  
381 Sampaio Cruz (CRP 06/69979) como representante suplente. **Encaminhamento:** Aprova-  
382 se as inclusões propostas. Sobre a Nota sobre escuta especializada, Ana Paula Hachich  
383 dialogará com a COF, para que possam atualizar a Nota e publicizar. 7.3.3 – COMUDA –  
384 Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool de São Paulo – Beatriz Borges

385 Brambilla informa que ocorreu uma reunião do Comuda para a qual o CRP SP indicou a  
386 conselheira Mariana Leite Hernandez. No entanto, na reunião foi impedida de votar, uma  
387 vez que a representação oficial do CRP SP deveria ser publicada em Diário Oficial.  
388 **Encaminhamento:** Indica-se que a Comissão Gestora Metropolitana indique  
389 representante, com urgência, para o Comuda. A publicação do nome em Diário Oficial é  
390 imprescindível para que a/o representante possa votar. **VIII) CONSELHO ESTADUAL DE**  
391 **POLÍTICAS SOBRE DROGAS (CONED)** – Annie Louise Saboya Prado informa que já  
392 compôs o CONED por alguns anos, representando o CRP SP. Na época, os participantes  
393 com visão mais progressista estavam em minoria. Há duas gestões, havia o Núcleo Álcool  
394 e Drogas, que foi extinto na última gestão, a discussão tendo sido incorporada ao Núcleo  
395 Saúde. Avaliaram, naquele momento, que não havia sentido em manter a representação  
396 do CRP SP nesse espaço, o que foi referendado pelo XV Plenário. No entanto, a  
397 conjuntura do CONED mudou, há mais equilíbrio de entidades. Assim, propõe que  
398 retornem a ocupar a cadeira nesse espaço. Sugere-se a inclusão de Julia Pereira Bueno  
399 (CRP 06/132236) como representante titular e Laísa Silva Maia Oliva (CRP 06/124109)  
400 como representante suplente. **IX) PARTICIPAÇÃO E MOBILIDADE** – Rodrigo Toledo  
401 informa que tem recebido diversas solicitações de uso de taxi e estão buscando resgatar  
402 os combinados. Mas, há uma situação especial, da região de Sorocaba. Entenderam  
403 pertinente trazer à Plenária. Há uma colaboradora residente no município em Itapetinga,  
404 Talita Paes, que possui uma deficiência motora que faz com que seu deslocamento à  
405 subsede Sorocaba precise ser feito de carro. O custo médio de cada deslocamento, por  
406 taxi, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Atualmente, ela tem realizado atividades de COE e  
407 COF, cerca de duas atividades ao mês. Têm-se deliberado caso a caso, mas precisam de  
408 uma deliberação mais definitiva. Há a possibilidade de a colaboradora passar a compor a  
409 Comissão Gestora, o que aumentaria o número de deslocamentos necessários. Seria  
410 importante ter uma pessoa com deficiência na gestão. Caso definam pelo custeio do  
411 deslocamento da colaboradora, deve-se justificar para que essa justificativa seja a  
412 prestada perante todos os órgãos de controle que possam vir a questionar. Outra questão  
413 é o próprio uso do taxi, porque atualmente entende-se que, ao fazer uso do táxi, abre-se  
414 mão da ajuda de custo. Algumas subsedes utilizam o táxi de forma mais corriqueira.  
415 Precisam construir a regulamentação específica para isso. **Considerações dos presentes:**  
416 1) Mônica Marques questiona se o uso de aplicativo, de nova empresa licitada, reduzirá os  
417 cursos com táxi. 2) Rodrigo Toledo explica que o custo tende a ser menor, mas ainda  
418 deverá continuar alto. 3) Ana Paula Hachich pondera que a proposta da gestão é de ter  
419 ampla participação e é preciso arcar com isso. Questiona se haverá custeio por ajuda de

420 custo/diária no caso de deslocamentos intermunicipais. 4) Raizel Rechtman informa que  
421 será elaborada uma política considerando as especificidades das regiões. 5) Sarah Faria  
422 Abrão Teixeira entende que a discussão não deve ser somente sobre a colaboradora da  
423 região de Sorocaba, mas em uma gestão regionalizada, garantindo as participações de  
424 pessoas com deficiência ou não. Mas, que é importante que não se concentre todas as  
425 atividades no município onde está localizada a subsede. Exemplifica que, por questões  
426 financeiras, inclusive, a Comissão Gestora da Subsede Bauru é toda dessa cidade.  
427 Fizeram tentativa de reuniões com pessoas via Skype, mas não funcionou. 6) Eduardo de  
428 Menezes Pedroso relata que o caso de Sorocaba é interessante, mas precisam pensar em  
429 uma lógica não excludente e capacitista. É importante se preocupar com o uso consciente  
430 do recurso, mas garantir a gestão participativa. Concorda com a criação de um grupo para  
431 pensar essas questões. É importante que pensem na economia, mas sem deixar de  
432 pensar nas premissas da gestão. Entende que é preciso que haja flexibilidade e que não  
433 seja uma economia que traga prejuízos de outra ordem. Assim, a criação de um grupo será  
434 a melhor forma de discutir essas questões. É preciso pensar nas situações específicas, de  
435 possibilidades de utilização de outros meios de transporte, que algumas vezes podem ser  
436 inviáveis. 7) Maria Rozineti Gonçalves compreende a delicadeza da situação devido à  
437 questão financeira, mas defende que se possibilite a participação de pessoas com  
438 deficiência. O CRP não pode criar uma nova barreira para a adesão dessas pessoas. 8)  
439 Ligia Daher entende que o Coordenador Administrativo Financeiro trazer um insumo  
440 gerencial sobre o uso de táxi, pois é importante ter mais informações para tomarem  
441 decisões. Pensar em algumas estratégias e alguns cenários. 9) Rodrigo Toledo pontua  
442 que, em nenhum momento, pontuaram sobre a questão de reduzir gastos, mas sim um  
443 cenário concreto sobre o uso de táxi. Trouxeram a questão para ser decidida em plenária.  
444 Precisam pensar em como lidar com todos os casos, mas, neste momento, é importante  
445 definirem a questão da colaboradora da Subsede Sorocaba, de modo que a subsede  
446 possa definir a participação da colaboradora na Comissão Gestora. **Encaminhamentos: 1)**  
447 Aprova-se o custeio do deslocamento de taxi da colaboradora Talita Paes, da região de  
448 Sorocaba. **2)** Será pauta de plenária oportuna o financiamento de uma gestão  
449 regionalizada em que pessoas de municípios fora do município da subsede participem,  
450 independente da questão da deficiência. Porém, considerando a reflexão de que a garantia  
451 que a pessoa vá à subsede não é, necessariamente, regionalizar. **3)** Será feito estudo  
452 sobre uso de taxi, ajuda de custo, reembolso de deslocamento, e outros, a fim de elaborar  
453 uma política que possibilite a participação e que seja baseada no princípio da  
454 economicidade da gestão pública, que será apresentada na plenária de janeiro. Compõem

455 o Grupo responsável por essa atividade: Rodrigo Toledo, Eduardo de Menezes Pedroso,  
456 Edgar Rodrigues, Monica Marques dos Santos, Sarah Faria Abrão Teixeira, Diógenes  
457 Pepe e Ligia Daher. Sibila França, assistente de coordenação dá área Financeiro ficam  
458 como apoio de referência. Neste momento, às 12 horas e 45 minutos, a conselheira  
459 presidenta, Beatriz Borges Brambilla, interrompe a plenária para o almoço. Às 14 horas a  
460 plenária é reiniciada. **X) REVISÃO DA RESOLUÇÃO SOBRE OS NÚCLEOS**  
461 **ADEQUANDO-A À NOVA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO XVI PLENÁRIO** – Raizel  
462 Rechtman apresenta ao plenário a proposta de organização da gestão. Inicialmente,  
463 apresenta as tarefas do plenário: Ordinárias – demandas da sociedade e atividades  
464 cotidianas (orientações, fiscalizações e outras); Políticas – o que desejam pautar na  
465 sociedade e resultados com os quais se comprometeram. A proposta é a criação de  
466 grupos a partir dos grupos já estruturados do CRP SP (Diretoria, Comissões Gestoras,  
467 COE, COF, CDH, Comunicação e outras). São eles: Nível Estadual - Grupos de Trabalho  
468 dos Resultados, Grupos de Referência Estadual Temático que serão monitorados pelas  
469 instâncias permanentes do CRP SP; Nível das Subsedes - Núcleos das Subsedes e  
470 Grupos de Trabalho dos Resultados das Subsedes. É a proposta: Comitê Consultivo  
471 Temático do Estado - Responde para: Plenário; Coordenação: Conselheira ou  
472 colaboradora; Participantes: colaboradoras e conselheiras especialistas, representantes de  
473 pelo menos 3 subsedes diferentes e apoio técnico (PAT) de COE e COF; Tarefa:  
474 Responder demandas externas relacionadas ao tema: posicionamentos públicos, notas  
475 técnicas entre outras referências sobre o tema, fazer representações institucionais  
476 relacionados ao tema, identificar temas/questões a serem discutidos em reuniões da  
477 Comissão Permanente relacionada, produzir relatos sobre andamento das atividades  
478 realizadas para apresentação na plenária trimestral de monitoramento. Núcleos das  
479 Subsedes - Responde para: Comissão Gestora; Coordenação: conselheira ou  
480 colaboradora; Participantes: Conselheiras ou colaboradoras especialistas; Tarefa: Realizar  
481 2 ações no ano; apoiar a execução dos Plano de Ação dos Resultados 2020; Responder  
482 demandas do território relacionadas ao tema; Fazer representações no território; Acolher e  
483 envolver as psicólogas nas atividades do CRP; identificar temas/questões a serem  
484 discutidos em reuniões da Comissão Gestora das Subsedes; Realizar ações de orientação  
485 e fiscalização no território. Instâncias de monitoramento de Resultado - Responde para:  
486 Plenário; Coordenação: Conselheira; Participantes: Conselheiras Articuladoras e Co  
487 Articuladoras dos Resultados e das Comissões permanentes, colaboradoras ou  
488 trabalhadoras; Tarefa: Organizar GTs de trabalho para a execução do plano de ação;  
489 Articular os Núcleos para a execução do plano da ação dos Resultados, se necessário;

490 Monitorar o andamento do plano de ação trimestralmente para o Plenário. As atividades  
491 ordinárias serão realizadas por Comissões gestoras, Núcleos, Colaboradoras de COE e  
492 COF, em âmbito regional e, em âmbito estadual por Diretoria e Plenário, Grupos de  
493 Referência Temáticos do Estado, Trabalhadoras da Sede e Trabalhadoras das Subsedes.  
494 As atividades políticas serão realizadas pelo Plenário e pelas Instâncias de monitoramento  
495 de Resultado. Indica, ainda que haverá uma instância responsável por monitorar o  
496 cumprimento de cada um dos 19 (dezenove) resultados do Planejamento Estratégico,  
497 ficando 6 (seis) para a Diretoria; 2 (dois) para as Comissões Gestoras; 3 (três) para a  
498 Comissão de Direitos Humanos e para a comissão de Políticas Públicas; 4 (quatro) para  
499 COE e COF; 2 (dois) para a Comunicação e 1 (um) para o CREPOP. Ressalta que é  
500 possível criar grupos de trabalho para dar conta do Plano de Ação. Considerações dos  
501 presentes: 1) Eliane Cristina Dias Almeida questiona sobre a distinção entre “ordinário” e  
502 “político/gestão”. 2) Raizel Rechtman explica que tudo é, de algum modo, político, mas a  
503 distinção foi feita para diferenciar o que é cotidiano do CRP SP e o que está sendo  
504 proposto pela gestão. 3) Ana Paula Hachich questiona sobre os grupos de referência  
505 temática, pois, mesmo com a proposta de mudança de funcionamento, entende que os  
506 Núcleos já possuem relação com os movimentos e entidades. Assim, considera que a  
507 mudança de nomenclatura pode dificultar a relação. 4) Raizel Rechtman indica que a  
508 proposta é que mantenham Núcleos Regionais. Os Grupos de Referência são estaduais.  
509 5) Ivani Francisco de Oliveira questiona se seria melhor relacionar os Núcleos Temáticos  
510 das Subsedes aos Grupos de Referência Estaduais. Preocupa-se que disseminem  
511 posicionamentos divergentes, da forma como está a proposta. 6) Beatriz Brambilla informa  
512 que a proposta visa relacionar os resultados às Comissões já constituídas. No entanto, a  
513 proposta de Grupos de Referência é de que sejam compostos por pessoas realmente de  
514 referência daquela temática, que não farão a discussão cotidiana, mas que trarão seus  
515 conhecimentos e ajudarão a compor os posicionamentos. 7) Raizel Rechtman conta que  
516 no Grupo do Planejamento discutiram a questão, mas que entenderam que poderia  
517 burocratizar com a obrigatoriedade de realização de muitas reuniões. 8) Ana Paula  
518 Hachich defende que se mantenha-se o nome “Núcleos Temáticos” para os grupos  
519 estaduais e que os regionais sejam nomeados de outra forma. 9) Lauren Mariana  
520 Mennocchi pondera que pode compor grupo do resultado “Ter iniciado a implementação do  
521 Programa de Orientação Continuada em todas as subsedes”, pela proximidade do  
522 resultado com a COF, mas, para isso, entende que teria que deixar de ser articuladora do  
523 resultado “Ter ampliado a divulgação e o acesso da categoria às produções do Sistema  
524 Conselhos”. 10) Sarah Faria Abrão Teixeira propõe que se mantenha o que foi combinado

525 na atividade de Planejamento Estratégico, ou seja, que os núcleos regionais estejam  
526 ligados aos núcleos estaduais. Exceto, quando subsedes tiverem algum tema muito  
527 específico, e que não caberia discussão em todo o estado. 11) Raizel Rechtman entende  
528 que não haverá falta de conexão e alinhamento entre as instâncias, pois cada um desses  
529 grupos responderá a uma instância já constituída. 12) Beatriz Brambilla explica que  
530 algumas discussões são urgentes e dependem de pessoas já com notório saber sobre o  
531 tema. Assim, é interessante ter um grupo para o qual podem encaminhar essas questões,  
532 que seriam os Comitês Consultivos. 13) Annie Louise de Saboya Prado compreende que  
533 as atividades propostas para os Comitês Consultivos são propostas para Grupos de  
534 Trabalho. 14) Beatriz Brambilla pontua que o importante é que cada subsede crie a  
535 estrutura mais adequada para lidar com as demandas regionais. **Encaminhamentos:** 1)  
536 Aprova-se a forma de organização apresentada. A Resolução respectiva será apreciada na  
537 plenária de janeiro de 2020. 2) Lauren Mariana Mennocchi buscará conselheira/o para  
538 substituí-la no resultado que é a articuladora “Ter ampliado a divulgação e o acesso da  
539 categoria às produções do Sistema Conselhos”, para que possa compor o grupo do  
540 Resultado “Ter iniciado a implementação do Programa de Orientação Continuada em todas  
541 as subsedes”. 3) A apresentação sobre as formas de organização será encaminhada para  
542 as conselheiras, já com os próximos passos, a partir das decisões desta plenária. Além  
543 disso, será feito vídeo explicativo para conselheiras/os e supervisões. As mudanças serão  
544 compartilhadas com as/os trabalhadoras/es e, para isso, será criado material explicativo.

545 **XI) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS – APAF**  
546 **(BRASÍLIA, 13 A 15 DE DEZEMBRO DE 2019)** – Beatriz Borges Brambilla conta ao  
547 plenário sobre a criação da APAF, assembleia realizada entre os Conselhos Regionais e  
548 Federal de Psicologia. Trata-se de um espaço de muita disputa, com Regionais com  
549 realidades muito diferentes. Historicamente, a APAF busca formar unidade entre os  
550 Regionais. A pauta da APAF é bastante extensa. Assim, elencaram alguns pontos para  
551 priorizarem a discussão nesta plenária. Questiona se o plenário tem alguma indicação de  
552 ponto que seja muito importante a discussão. Ivani Francisco de Oliveira pondera que,  
553 considerando que houve uma cisão da última gestão, muitas discussões da APAF o CRP  
554 não participou. Beatriz Brambilla explica que o CFP é responsável por coordenar a eleição  
555 da mesa diretora da APAF, ao início dos trabalhos. A mesa é formada por três pessoas.  
556 Mesmo na APAF, não são discutidos todos os pontos, devido ao tempo. Assim, precisam  
557 definir como farão a priorização neste momento. Assim, sugere a priorização dos seguintes  
558 pontos: 1. Apreciação das Atas da APAF de maio de 2019; 2. Proposta Orçamentária do  
559 Conselho Federal de Psicologia para o Exercício de 2020; 4. Grupos de Trabalho da



560 APAF: 4.1 Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de  
561 Psicologia; 4.8 Estudo e elaboração de uma proposta de implantação de nova Carteira de  
562 Identidade Profissional de Psicólogo (Nova CIP); 4.11 Revisão da Resolução no 13/2007  
563 (Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em  
564 Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos registro); 4.17 Realização de Avaliação  
565 Psicossocial no Trabalho das(os) Psicólogas(os); 4.20 Fundo de Seções; 9. Critérios para  
566 criação e funcionamento dos GTs de APAF; 10. CREPOP: Planejamento de Atividades  
567 2020; 11. Revisão da Resolução CFP nº 02/2016 que Regulamenta a Avaliação  
568 Psicológica em Concurso Público e Processos; 12. PEC 108/2019 – Dispõe Sobre a  
569 Natureza Jurídica dos Conselhos Profissionais; e, 13. Processo Eleitoral 2019. Ressalta  
570 que os subsídios encaminhados para os pontos não são bons e precisam definir como se  
571 posicionarão. As APAFs não têm feito discussões políticas, os assuntos acabam sendo  
572 encaminhados com a criação de GTs. Considerações dos presentes: 1) Maria Rozinetti  
573 Gonçalves questiona como ficam os pontos relativos à pessoa surda, considerando o fim  
574 da gestão do CFP. 2) Beatriz Brambilla pondera que podem solicitar a união das  
575 discussões dos pontos “6) Referências Técnicas e Éticas para Atendimento à Pessoa  
576 Surda no Âmbito da Saúde” e “8) Produção de material subsídio que oriente as psicólogas  
577 sobre atuação com pessoas com deficiência”, para que consigam tirar que assim, talvez,  
578 consigam tirar encaminhamento. Questiona se o plenário concorda com a priorização.  
579 Considerando que não há objeção, dá-se início às discussões dos pontos de pauta  
580 priorizados. **Processo Eleitoral 2019** – Ivani Francisco de Oliveira informa que, pelos  
581 subsídios apresentados, verificou-se a apresentação de muitos erros no sistema. Os  
582 subsídios trazem questões técnicas a respeito do processo eleitoral, realizado pela  
583 primeira vez de forma totalmente *on-line*. Beatriz Brambilla, sobre as contribuições do CRP  
584 SP, entende que é importante que se altere o Regimento no que se refere à eleição para o  
585 Conselho Federal de Psicologia, garantindo que seja também uma eleição direta. Sobre  
586 as contribuições do CRP SP, deve-se fazer a leitura de que foi importante para este  
587 Regional, com a formação de chapa com representatividade, equivalência. Posicionamento  
588 do CRP SP: Garantir que haja mudança regimental no que se refere a garantir eleição  
589 direta para o CFP, de modo que essa não fique ameaçada. Atualmente é feita por  
590 consulta. **Apreciação das Atas da APAF de maio de 2019** – Beatriz Brambilla pontua que  
591 dá leitura da ata ficou apenas uma questão, que é o que pensam sobre as Ouvidorias  
592 regionais. Consta na ata que o CRP SP é contrário a Ouvidorias regionais, entendendo  
593 que deveria ser nacional. Por isso, questiona qual o posicionamento deste plenário sobre o  
594 assunto. Posicionamento do CRP SP: O plenário concorda com o teor das atas, conforme

595 foi discutido na APAF de maio, pelo XV Plenário. Em momento oportuno, será retomada a  
596 discussão sobre Ouvidoria para este CRP SP. **Proposta Orçamentária do Conselho**  
597 **Federal de Psicologia para o Exercício de 2020** – Rodrigo Toledo comenta que não foi  
598 encaminhado subsídio para esse ponto. O CFP justificou a impossibilidade de encaminhar  
599 o subsídio antecipadamente, uma vez que alguns Regionais não encaminharam seus  
600 orçamentos a tempo. Explica que o CRP SP, por exemplo, não enviou dentro do prazo. Foi  
601 encaminhada uma documentação provisória para que o CFP já pudesse adiantar seu  
602 orçamento. Mas, oficialmente, só podem enviar após aprovação em plenária, o que  
603 ocorreu em novembro de 2019. Na perspectiva do CFP, o CRP SP teve um atraso de 30  
604 dias. Posicionamento do CRP SP: Desde o dia da posse desta gestão, havia um prazo de  
605 apenas 4 (quatro) dias para envio. Portanto, entende-se a necessidade de discussão  
606 desse ponto e que, para a próxima transição de gestão seja concedida a uma extensão de  
607 prazo. **PEC 108/2019 - Dispõe Sobre a Natureza Jurídica dos Conselhos Profissionais**  
608 - Beatriz Borges Brambilla relata que a PEC, basicamente, propõe que não haja  
609 obrigatoriedade de inscrição em conselhos profissional, quando não houver risco ou dano  
610 concreto à vida, à saúde, à segurança, ou à ordem social. Com essa proposta, muitos  
611 Conselhos seriam extintos. Na avaliação presidencial, a Psicologia não produz risco à vida.  
612 Foram criados alguns textos substitutivos à PEC. Mas, decidiu-se lutar pelo seu veto. O  
613 Conselho Federal de Psicologia, em parceria com os demais Conselhos Federais, criaram  
614 três estratégias: jurídica, com a produção de subsídios e histórico, defendendo a  
615 inconstitucionalidade da extinção dos Conselhos; uma dimensão político institucional,  
616 mapeando congressistas, realizando audiências públicas; e, frente parlamentar de apoio  
617 aos Conselhos. Na Câmara dos Deputados ocorreu uma audiência pública sobre a PEC. O  
618 CRP SP não conseguiu participar, porque o convite chegou em cima da hora. Ligia Daher  
619 participou de reunião do Fórum dos Conselhos Atividades Fim da Saúde. Rogério Giannini  
620 estava fazendo a representação dos Conselhos de Psicologia. Beatriz Brambilla e Ligia  
621 Daher foram indicadas para representarem o CRP SP nessa discussão. Foi feita  
622 Campanha de comunicação nas redes e via *Whatsapp*. O CFP tem trabalhado estratégias  
623 para rejeição da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Congresso,  
624 tendo sido apresentados 8 (oito) requerimentos à CCJC e a realização de audiência  
625 pública e seminário regional. É preciso alinhar o fluxo com o CFP sobre como são as  
626 demandas aos Regionais em relação a esse assunto. No momento, o melhor discurso para  
627 enfrentar a PEC é corporativista. A defesa pode ser sustentada a partir dos direitos das/os  
628 usuárias/os de saúde mental. Todo serviço que o CRP SP contrata é destinado ao Estado,  
629 enquanto imposto, assim, é possível também sustentar a defesa do ponto de vista

630 orçamentário, para que não seja uma estratégia focada unicamente no aspecto jurídico.  
631 Entende-se que a nova normativa do TCU é para subsidiar essa PEC, no sentido de que  
632 os Conselhos não cumprem suas funções de orientar e fiscalizar. Assim, entende que os  
633 relatórios produzidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia devem ser levados como  
634 produções que visam a proteção dos usuários dos serviços de Psicologia. Ligia Daher  
635 pontua que a PEC em si não extingue o Conselho, mas muda sua natureza jurídica de  
636 pública para privada, o que tira dos Conselhos o poder de polícia. Com isso, os processos  
637 éticos passariam a ser judicializados. Indica fundamental que o projeto não seja aprovado  
638 pela CCJC. **Critérios para criação e funcionamento dos GTs de APAF** - Ivani Francisco  
639 de Oliveira relata que se trata de uma discussão sobre a configuração de GTs por regiões,  
640 como uma forma de garantir a equiparação de forças de participação das regiões Norte e  
641 Nordeste. A proposta é de aprovação de uma minuta de resolução. Beatriz Borges  
642 Brambilla considera que esse ponto demandará muita discussão na APAF. Inicialmente,  
643 sobre o sentido dos GTs e sobre o caráter temporário, subsidiário, não remuneratório e  
644 não deliberativo. Comenta que na última APAF aprovam uma forma de participação nos  
645 GTs, que posteriormente perceberam que não era aplicável. Há um problema no  
646 entendimento sobre a criação de GTs, que devem ser com tarefas específicas. Criaram m  
647 princípio de participação igualitária, com o CRP com menor número de participação em  
648 GTs tendo precedência para compor novos GTs e que excepcionalmente tivesse dois  
649 representantes das regiões Norte e Nordeste. Essas definições geraram problemas pois os  
650 CRs menores, que são os que, geralmente, compõem menos GTs, não desejavam compor  
651 aqueles para os quais eram indicados e, os CRs da região Norte e Nordeste pediam, a  
652 cada composição de GT, que houvesse dois representantes do Norte e do Nordeste. A  
653 restrição de participação se dá, especialmente, por questões orçamentárias. Talvez  
654 pudessem pensar em estratégias para garantir a participação mais ampliada.  
655 Historicamente, por conta do tamanho, o CRP SP tem participado de muitos GTs. Assim,  
656 podem pensar se levarão essa defesa para a APAF. Raizel Rechtman pontua que é  
657 preciso avaliar a questão da participação igualitária, pois há assuntos discutidos em GTs  
658 que impactam mais, inclusive financeiramente, uns CRs que outros. Ivani Francisco de  
659 Oliveira considera importante o CRP SP pensar em como articular com os demais  
660 Conselhos da Região Sudeste, uma vez que nem sempre há posicionamentos iguais.  
661 Rodrigo Toledo informa que, sobre o custeio, os Regionais de grande porte reembolsam  
662 100% do curso de sua participação. Raizel Rechtman defende que haja um regional por  
663 Região e que o CFP garanta reuniões nas Regiões, com monitoramento via ata. Mudança  
664 do princípio igualitário para o princípio equitativo. Rodrigo Toledo faz defesa que sejam

665 dois Regionais para as regiões Norte e Nordeste, pensando que, politicamente, é  
666 importante para esses CRPs menores. Posicionamento do CRP SP: Considerando o  
667 exposto por Rodrigo Toledo, o plenário defende que sempre haja 2 representantes para as  
668 regiões Norte e Nordeste e que o CFP garanta a participação desses dois representantes,  
669 com encontros presenciais, para aprimorar as discussões. **CREPOP: Planejamento de**  
670 **Atividades 2020** – Talita Fabiano de Carvalho indica que precisam definir quais pesquisas  
671 serão priorizadas. Já foram definidos os temas das próximas 6 pesquisas. Serão  
672 realizadas 2 por ano durante a gestão. São os temas: 1) Suicídio e autolesão; 2) Educação  
673 superior; 3) Controle social; 4) Pessoa com deficiência; 5) Sistema de garantia de direitos  
674 das crianças e adolescentes; e, 6) Testemunha ou vítima de violência. Na reunião nacional  
675 do CREPOP foi unanimidade a priorização das pesquisas sobre Suicídio e automutilação e  
676 Controle Social. Consulta o plenário se concorda com a defesa desses 2 como prioritários.  
677 Beatriz Brambilla pontua que é muito importante a pesquisa sobre pessoa com deficiência.  
678 Concorda com a priorização da pesquisa sobre o Suicídio, que é uma demanda das  
679 psicólogas. Sarah Faria Abrão Teixeira faz defesa pela pesquisa sobre controle social.  
680 Questiona-se se há possibilidade de que o CRP SP faça pesquisa sobre controle social,  
681 mas Beatriz Brambilla informa que, pela perspectiva do CREPOP, não seria possível. A  
682 defesa é que as psicólogas de todo Brasil trabalhem da mesma forma. Posicionamento do  
683 CRP SP: Defende-se que as pesquisas sobre Pessoa com deficiência e Suicídio e  
684 autolesão sejam priorizadas. Ressalta-se, também, a possibilidade de defesa da pesquisa  
685 sobre Controle Social. **Revisão da Resolução CFP nº 02/2016 que Regulamenta a**  
686 **Avaliação Psicológica em Concurso Público e Processos** - Lilian Suzuki comenta que  
687 foi criado um GT para Revisão da Resolução 13/2017 referente à Título Profissional de  
688 Especialista em Psicologia. Houve uma ação cível que afetou muito essa Resolução. Por  
689 um lado, permite Conselhos formadores, por outros, extingue que os Conselhos  
690 Profissionais possam interferir nos Cursos de Pós-Graduação. A questão principal é que a  
691 Comissão deixaria de ser CATE e passaria a se chamar CARPE - Comissão de Avaliação  
692 em Registro de Psicólogo Especialista. Defende a proposta de alteração. Causou  
693 incomodo que o CFP encaminhou a minuta de Resolução para revisão. O CRP SP fez  
694 diversas observações, em especial de que se considere a modalidade laboral voluntária. O  
695 Questiona se CRP SP vai manter o posicionamento de que Trabalho Voluntário,  
696 regulamentado pela Lei nº 9608/1998, é uma forma de experiência profissional e se podem  
697 dialogar com o CFP na APAF, para entender a mudança de posicionamento e discutir a  
698 autonomia da CATE de ter um entendimento diferente quando for realizar a análise técnica  
699 dos títulos. No XII concurso de título de especialista, o CFP retirou a possibilidade de

700 comprovação de experiência por meio do trabalho voluntário. Nos Concurso anteriores,  
701 essa modalidade era aceita. Posicionamento do CRP SP: O plenário defende que o  
702 trabalho voluntário é comprovação para solicitação de título de especialista. **Realização de**  
703 **Avaliação Psicossocial no Trabalho das(os) Psicólogas(os) –** Jumara Silvia Van De  
704 Velde informa que a minuta cita as Normas Regulamentadoras 33 e 35, sobre a avaliação  
705 psicossocial para trabalhadores. Essa avaliação estaria focada em trabalhos que envolvem  
706 maiores riscos no ambiente de trabalho, além da condição física que já era colocada. Esta  
707 minuta, portanto, ampliaria à saúde do trabalho. As demais questões são bastante  
708 técnicas. A minuta exige que a avaliação ocorra na época de exame admissional ou perícia  
709 por retorno ao trabalho ou desvio de função. A NR traz que para o psicólogo fazer  
710 avaliação psicossocial deve ser especialista em avaliação psicológica. Assim, entende que  
711 a NR deveria ser questionada, mas a minuta não traz esse questionamento. Eduardo de  
712 Pedroso Menezes sugere que se questione a NR durante a APAF. Murilo Centrone  
713 considera importante ter atenção à essa demanda, uma vez que envolve pessoas que  
714 estão em espaços confinados e em grandes alturas, ou seja, trabalhos que envolvem risco  
715 de vida nas fábricas. Os documentos produzidos que atestam uma condição psicológica  
716 favorável para o exercício profissional estão aquém do que seria esperado tendo em vista  
717 a importância da questão. Assim, considera que deveria surgir uma orientação mais  
718 precisa acerca da elaboração desse tipo de documento. Beatriz Brambilla questiona se o  
719 posicionamento do plenário é de que a avaliação psicológica seria o melhor instrumento  
720 para garantir a segurança dessas pessoas ou se existiriam outros instrumentos de trabalho  
721 possíveis. Murilo Centrone pontua que as duas NRs demandam treinamentos periódicos,  
722 capacitação técnica, com vistas à garantia da saúde biológica. Ivani Francisco de Oliveira  
723 pontua que essa Resolução é um desdobramento da Resolução que criou a especialidade  
724 em avaliação psicológica. O CRP SP tem críticas à criação desse título, uma vez que ele  
725 não é necessário para a atuação. Assim, sugere que não priorizem esse ponto. Que a  
726 defesa do CRP SP seja de não discussão dessa Resolução, considerando, inclusive, que  
727 há pontos pendentes há muito tempo. Beatriz Brambilla sugere a criação de um GT da  
728 COF, para que o CRP SP possa qualificar o seu entendimento sobre o assunto, inclusive  
729 com a participação de pessoas do campo da avaliação psicológica que possuam  
730 entendimento diverso. Posicionamento do CRP SP: Defesa de que se priorizem outros  
731 pontos de pauta. **Fundo de Seções -** Rodrigo Toledo conta que a Lei de criação dos  
732 Conselhos de Psicologia já estabelece o repasse ao CFP a título de fundo de seções, que  
733 tinha por finalidade auxiliar CRs com jurisdição em mais de um estado. Atualmente, esse  
734 valor é de R\$ 6,40 por anuidade. A proposta é de construção de uma Resolução que

735 estructure melhor essa prática. Propuseram fazer uma análise do processo, discussão com  
736 CRs que já receberam verba do fundo de seção e, posteriormente, construção da  
737 resolução sobre a utilização desse fundo. Informa que há alguns anos o assunto foi  
738 discutido pois alguns CRs estavam passando por dificuldade financeira e solicitaram  
739 acesso a esse fundo. O GT fez uma reunião telefônica em fevereiro de 2019, mas não  
740 trouxe compilação de dados. Assim, sua compreensão é de que o GT precisa apresentar  
741 uma proposta, pois, sem isso não é possível fazer uma análise do material.  
742 Posicionamento do CRP SP: Que o GT leve à APAF de maio de 2020 a apresentação da  
743 Resolução, para que seja possível discutir e analisar a proposta. **Estudo e elaboração de**  
744 **uma proposta de implantação de nova Carteira de Identidade Profissional de**  
745 **Psicólogo (Nova CIP)** - Raizel Rechtman comenta que o material de subsidio,  
746 basicamente, apresenta o que o GT ainda precisa fazer. Cita-se que será apresentada  
747 uma Resolução, mas que não foi enviada. É preciso que o CRP SP verifique como se dará  
748 a questão em todas as subsedes e o impacto orçamentário que isso trará. Inclusive, essa é  
749 uma das ações que o GT precisa realizar. O custo unitário aprovado na APAF de maio de  
750 2018 foi de R\$ 65,00 reais para nova CIP. Cada Regional é responsável pela implantação  
751 da nova CIP. **Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos**  
752 **de Psicologia** – Rodrigo Toledo conta que o GT tinha sido criado para rever a Política de  
753 Orientação e Fiscalização. No decorrer do tempo, esse GT recebeu diversas outras  
754 demandas. No CFP existe a Secretaria de Orientação e Ética (SOE), então, o GT acabou  
755 acumulando demandas das duas Comissões. Assim, assumiu também a demanda de  
756 revisão do CPD – Código de Processamento Disciplinar. Na gestão passada, foram  
757 realizadas diversas reuniões de GT e entregou as últimas tarefas que tinha: revisão do  
758 CPD, Nota de Orientação sobre Coaching, proposta de observatório para práticas  
759 emergentes e Resolução para Pessoas Jurídica Porém, na última APAF encaminharam  
760 mais demandas: carteira protegida, ampliar o rol de documentos para inscrição, número de  
761 conselheiros regionais, atendimento domiciliar, construção da resolução do  
762 estágio/serviço-escola. Algumas demandas o GT entendeu que não tinha condições de  
763 realizar, entendendo que precisaria da SOE. Assim, o GT propõe finalizar a Nota de  
764 Atendimento Domiciliar, o Observatório das Práticas Emergentes e o CPD comentado. Sua  
765 sugestão é que essas questões deveriam ser desmembradas, para que as pessoas  
766 pudessem contribuir de forma mais efetiva com essas demandas. Posicionamento do CRP  
767 SP: Que o GT seja extinto e as demandas distribuídas em grupos distintos, a fim de que  
768 haja mais especialidade para cada um dos GTs. **Psicologia e Esporte** - Rodrigo Toledo  
769 informa que esse GT Psicologia e Esporte está com uma configuração diferente da

770 aprovada na Resolução que define isso. **Grupos de Trabalho da APAF: Laicidade e**  
771 **Psicologia** – Annie Louise Saboya Prado encaminhou por e-mail subsídio para a  
772 delegação: “*De acordo com o material enviado tenho a considerar como principais pontos*  
773 *levantados a seguir: Diante do atual contexto, em especial considerando os*  
774 *atravessamentos de cunho religioso no âmbito do governo federal, o que impacta*  
775 *diretamente na elaboração das políticas públicas, definição de prioridades do Estado e*  
776 *perpetuação de preconceitos geradores de sofrimento psíquico, o GT Laicidade e*  
777 *Psicologia propões sua continuidade com as principais demandas a serem trabalhadas: 1.*  
778 *Apreciar a nota técnica (nos Anexos/Subsídios) sobre o Exercício Profissional na interface*  
779 *Laicidade, Espiritualidades e Religiosidades para aprovação; 2. Sugerir a produção de*  
780 *uma publicação sobre os eixos temáticos do GT (Laicidade, Espiritualidade e Religião) no*  
781 *âmbito da Revista Ciência e Profissão ou na Diálogos. Caso não seja possível, elaborar*  
782 *uma publicação própria do GT; 3. Dar continuidade às ações encaminhadas pelo GT*  
783 *para a retomada do MEEL - Movimento Estratégico pelo Estado Laico; e, 4. Fomentar*  
784 *articulação do Sistema Conselhos de Psicologia com ABEP para qualificação dos*  
785 *processos de formação nas temáticas do GT. Vale ressaltar que não houve nenhuma*  
786 *reunião do GT no ano de 2019 e que o CRP 06 participou de todas as composições desse*  
787 *GT desde sua criação”.* **Atuação da Psicologia no Contexto de Medidas**  
788 **Socioeducativas** – Maria Mercedes Guarnieri encaminhou, por e-mail, subsídio a  
789 delegação: “*GT nacional sobre a atuação da Psicologia nas medidas socioeducativas*  
790 *ainda está em vigor, só que quem representava a região sudeste, era a conselheira Marina*  
791 *Bernabé, do CRP-ES; como Mariana não está mais como conselheira, enfatizamos a*  
792 *importância da participação do CRP-SP neste GT e eu, Cons. Maria Mercedes me ofereço*  
793 *para participar como a representante. Portanto, defendemos também que o GT continue na*  
794 *próxima gestão do CFP. No decorrer dos últimos 3 anos, o CRP-SP articulou e participou*  
795 *da elaboração da Resolução para atuação das psicólogas nas Medidas Socioeducativas.*  
796 *No entanto, devido às eleições do sistema conselhos, não houve tempo para que a minuta*  
797 *fosse apresentada na APAF de dez/2019. Esta resolução será bem completa e terá*  
798 *inovações, como o trecho que versará sobre as condições de trabalho das psicólogas. Vale*  
799 *lembrar que a categoria também foi participativa, desde o 9º COREP e 9º CNP e aguarda*  
800 *ansiosamente a sua aprovação”.* **Atuação da Psicologia no Sistema Prisional** -  
801 aria Mercedes Guarnieri encaminhou, por e-mail, subsídio a delegação: “*Segundo a pauta*  
802 *da APAF dez/2019 este GT ainda está em vigor. CRP-SP representa o Sudeste neste GT*  
803 *nacional, e ex-conselheira Mary Ueta era quem estava participando das últimas reuniões.*  
804 *A proposta é que este GT seja extinto, pois já cumpriu sua função. Sendo assim, isto*

805 *facilitaria a negociação com demais estados para que SP possa ficar com a representação*  
806 *no GT Socioeducação. Segundo a ex-conselheira Mary Ueta, o GT se dedicou a*  
807 *elaboração de uma nota técnica que deveria ser pautada nesta APAF. A nota técnica versa*  
808 *inicialmente sobre o histórico da Resolução CFP 012/2011, que regulamentou a atuação*  
809 *da psicóloga no âmbito do sistema prisional. No entanto, esta resolução foi anulada pelo*  
810 *TRF 4 do RS em 2015. Era uma resolução importante, pois vedava a elaboração de*  
811 *prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento*  
812 *de nexos causais. Menciona que perante esta situação, ao final de 2015, o CFP emitiu*  
813 *‘Parecer Técnico sobre a atuação da psicóloga no âmbito do sistema prisional e a*  
814 *suspensão da resolução CFP nº 012/2011’. Finalmente realiza orientações referentes a*  
815 *atuação das psicólogas no sistema prisional, pontuando que as psicólogas devem investir*  
816 *em ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população privada de*  
817 *liberdade, conforme PNAISP, atividades que poderão ser realizadas através de diferentes*  
818 *metodologias e técnicas. Dentre estas atividades e atribuições, consta a elaboração de*  
819 *documentos escritos, que por sua vez necessitam estar direcionados pelas resoluções*  
820 *CRP 09/2019 e 06/2019. A nota enfatiza que devido a todas estas atividades*  
821 *desenvolvidas no contexto prisional, as psicólogas não deverão atuar como pareceristas. E*  
822 *na elaboração dos documentos escritos (relatórios, laudos) deverá levar em consideração*  
823 *as condições de trabalho, muitas vezes precárias, o superencarceramento e o número*  
824 *reduzido número de psicólogas.”* **Encaminhamento:** Os responsáveis pelos demais  
825 pontos da pauta da APAF devem encaminhar à delegação um texto curto explicando o  
826 ponto e indicando o posicionamento. **XII) COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA**  
827 **PROFISSIONAL ATRAVÉS DE TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA OBTENÇÃO DE**  
828 **TÍTULO DE ESPECIALISTA** – O assunto foi discutido durante a discussão dos pontos da  
829 APAF. **Encaminhamento:** Deve-se oficiar o Conselho Federal de Psicologia sobre a  
830 realização de uma prova de título de especialista (XII concurso) se baseando no texto de  
831 uma Resolução ainda não aprovada e desconsiderando a vigente, datada de 2007. Ainda,  
832 sobre se será mantido o posicionamento de não considerar o trabalho voluntário como  
833 forma de comprovação de experiência profissional. **XIII) AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO –**  
834 **São José do Rio Preto** - Talita Fabiano de Carvalho informa que consideraram mudar de  
835 espaço a atividade, realizando em uma universidade, visando atrair mais a categoria. Na  
836 instituição há um hospital-escola. No início da atividade, será apresentada a Comissão  
837 Gestora, de forma mais informal. Informa sobre a programação pensada. **Bauru** - Sarah  
838 Faria Abrão Teixeira informa que a atividade já foi realizada. Não houve grande  
839 participação, mas consideraram a atividade positiva. **Ribeirão Preto** - Emanoela Priscila



840 Toledo Arruda informa que a atividade será realizada no dia 12 de dezembro, com  
841 acolhimento, exposição de quadros de usuário de saúde mental, apresentação do projeto  
842 Guri de Ribeirão Preto e fala institucional. Metropolitana - Jumara Silvia Van De Velde  
843 informa que o evento será no dia 17 de dezembro. Ainda não está confirmada a  
844 apresentação artística. Estão pensando em três temáticas: política de redução de danos,  
845 racismo e violência doméstica. Sorocaba - Ione Aparecida Xavier pontua que o evento será  
846 realizado no dia 14 de dezembro. Será apresentada a Comissão Gestora e trazido o mote  
847 da gestão. Visarão a aproximação de colaboradores. Baixada Santista e Vale do Ribeira -  
848 Annie Louise Saboya Prado informa que o evento será realizado em 18 de dezembro.  
849 Haverá apresentação artística e uma mesa da comissão gestora. Grande ABC - Tatiane  
850 Rosa da Silva informa que o evento será realizado no dia 14 de dezembro, das 10h às 17h.  
851 Proposta de que seja feito o acolhimento, a abertura apresente o mote, apresentação do  
852 nosso plano de gestão e mesa. Não conseguiram fechar apresentação artística, até o  
853 momento, devido a valores. **Encaminhamentos:** As subsedes deverão compartilhar o que  
854 foi realizado, com texto e fotos e avaliação da atividade, para que a Diretoria e a Comissão  
855 de Comunicação possam construir material unificado de divulgação. Em plenária oportuna  
856 deverá ser feita a discussão sobre as divulgações, se devem ser pela abordagem ou pela  
857 proposta de atuação profissional. As atividades de mobilização devem ser utilizados,  
858 também, para chamada da categoria para participar do CRP SP. Nada mais havendo a  
859 tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz Borges Brambilla deu por encerrada a  
860 sessão às 18 horas e 25 minutos, da qual eu, conselheira secretária, Raizel Rechtman,  
861 lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, 07 de dezembro de  
862 2019.

---

Ana Paula Hachich de Souza

---

Annie Louise Saboya Prado

---

Beatriz Borges Brambilla

---

Clarissa Moreira Pereira

---

Edgar Rodrigues

---

Eduardo de Menezes Pedroso

---

---

Emanoela Priscila Toledo Arruda

---

Ione Aparecida Xavier

---

Ivani Francisco de Oliveira

---

*Jessica Tomaz da Costa Silva*

---

*Julia Pereira Bueno*

---

Jumara Silvia Van De Velde

---

Lauren Mariana Mennocchi

---

Lilian Suzuki

---

Luciane de Almeida Jabur

---

Maria da Glória Calado

---

Maria Rozinetti Gonçalves

---

Mônica Marques dos Santos

---

Murilo Centrone Ferreira

---

Raizel Rechtman

---

Rodrigo Toledo

---

Sarah Faria Abrão Teixeira

---

Talita Fabiano de Carvalho

---

Tatiane Rosa da Silva